

#264404 Relatório de Execução do Orçamento – 1.º quadrimestre de 2022

Mensalmente e até ao dia 5 do mês seguinte, é efetuada uma análise comparativa e o apuramento de desvios, por cada linha de receita e despesa, o que nos permite ao longo do ano ir fazendo o controlo da situação orçamental e gerar alertas para poderem ser tomadas medidas corretivas em tempo útil.

O propósito destes relatórios intercalares é prestar informação atualizada e conducente à decisão, cabendo esta à Sr.ª Presidente e ao Executivo.

A comparabilidade é sempre estabelecida entre o período em análise (1.º quadrimestre) e o período homólogo de anos anteriores e desde 2015, ano em que esta informação começou a ser estruturada em Excel.

Receita

A receita corrente proveniente de impostos diretos sobe 20% face ao ano anterior donde se destaca o IMT com um aumento de 49% e a derrama a descer 37,5%. O valor absoluto de impostos diretos (IMI, IMT, Derrama e IUC) representou a 30 de abril de 2022, **1,1M€**

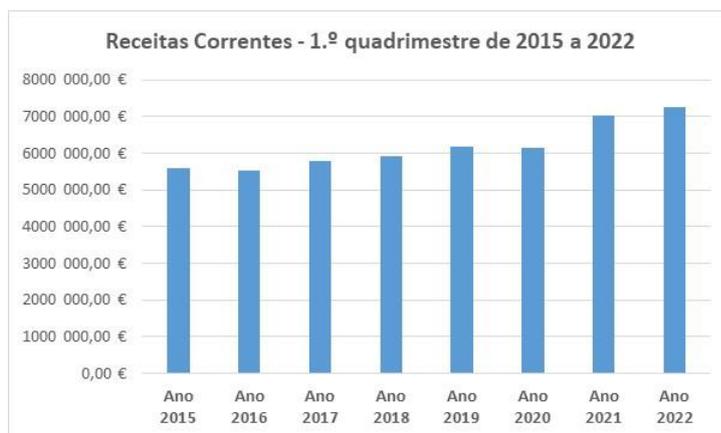
Nas Taxas, multas e penalidades verificou-se um aumento de 57% principalmente com a receita obtida nas “licenças para obras e mercados”, mas que em valor é pouco significativo, pois representa **0,25M €**. Salienta-se ainda que esta variação face a 2021 se explica pelo facto de em 2021 ter havido isenções (Covid-19).

Na rubrica Rendimentos de Propriedades, em que normalmente se verificam receitas mais elevadas, mantém-se um valor equiparado a 2021, e que representou **0,71M€**.

Na rubrica Transferências Correntes que engloba os montantes que advêm do OE, a receita foi de **4,7M€**, menos 5% do que em 2021 e esta redução verificou-se na linha relativa às transferências de competências, o que certamente será restabelecido no próximo mês.

Na Venda de Bens e Serviços correntes houve um aumento de 7% face a 2021 mas uma diminuição de 2,5% quando se compara com a média dos últimos 6 anos.

No Total das Receitas Correntes, no valor de **7,2M€** há um aumento de 3%, o que representa mais **0,21M€** do que em 2021, verificando-se uma tendência de crescimento, tal como se mostra o gráfico.



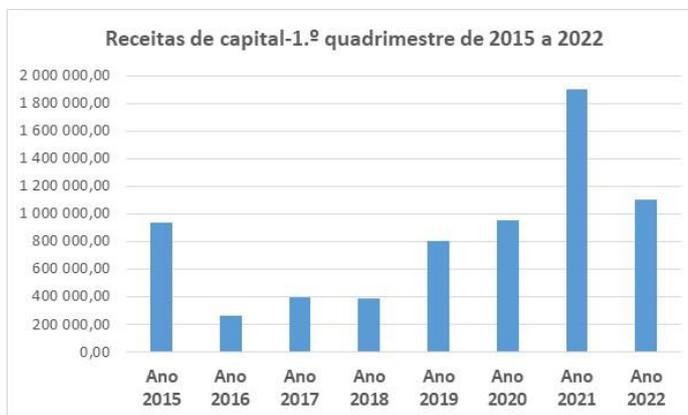
Receitas de Capital

Nas receitas de capital há uma variação negativa de 42% e que representa menos **-0,79M€**, do que em 2021.

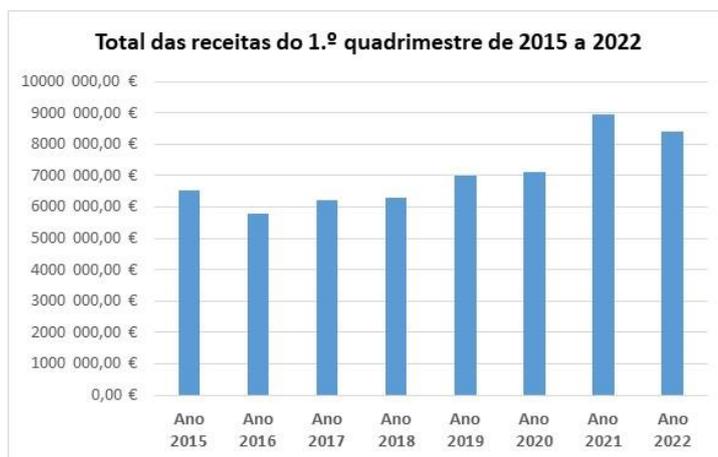
Da participação de projetos financiados a redução foi -66% quando comparada com o período homólogo de 2021. Em totais e absolutos e em 2021 o valor recebido de projetos financiados foi de **1,2M€**, enquanto que em 2022 esta receita cifra-se em **0,42M€**.

Segundo a interpretação que fazemos dos elementos que nos vão sendo disponibilizados e que acompanharam as Contas de 2021, o Investimento Total é de **10,7M€** e a comparticipação prevista é de 6,6M. Porém, até 2021 foi recebido **2,9M€** e em 2022 foi recebido **2,6M€**, havendo por isso um diferencial de **1,1M€**. Estes elementos reportam-se a 31 de dezembro de 2021, salientando-se que a Divisão Financeira só conhece os projetos quando chegam os pedidos de aquisição de bens, serviços e empreitadas, e quando mencionam que vai ser financiado. Ora, esta informação é insuficiente, não permite planeamento de Tesouraria e ocasiona risco. Aliás, tal como tem vindo a ser afirmado e demonstrado, se não houver liquidez e robustez na Tesouraria não há execução nem fluxos de entrada e financiamento.

As receitas de Capital continuam a ser manifestamente insuficientes para o investimento que tem vindo a ser realizado, principalmente nos últimos 2 anos.



O total das Receitas (Correntes+ Capital) apresenta um desvio negativo de -6,2%, ou seja, -0,5M€ do que em 2021, cujo valor absoluto foi de 8,3M€



Despesa

Na despesa corrente a que respeita a pessoal continua numa trajetória de significativo crescimento. Comparando o período em apreço, verifica-se que cresceu 7,65% face a 2021 e 27,25% em relação à média. Sublinha-se que em valor absoluto atinge uma dimensão expressiva, ou seja, cerca de 1M€ por mês se considerarmos o subsídio de férias e 13.º mês.

Em 2022 a despesa vai atingir 12,6M€ o que, a comparar com o ano de 2018 em que a despesa foi mais baixa, atingiu no final do ano 8,8M€, ou seja, há um crescimento de 42% e que em valores absolutos representa mais 3,7M€.



As Horas Extra no primeiro quadrimestre representaram 45.083,50 €, enquanto que em 2018 tinha sido de 6.239,22 €. Nos Subsídios de Turno o valor subiu de 25.660,45 € para 31.031,86€, ou seja, 24%.

Tal como tem vindo a ser referido em vários relatórios esta despesa vai continuar a comprometer a gestão do Município e a agravá-la. Captura recursos que deviam ser aplicados diretamente em investimento reprodutivo, gerador de riqueza na economia local e não meramente em emprego público e autárquico e em atividades que não geram suficiente valor económico para que haja sustentabilidade financeira.

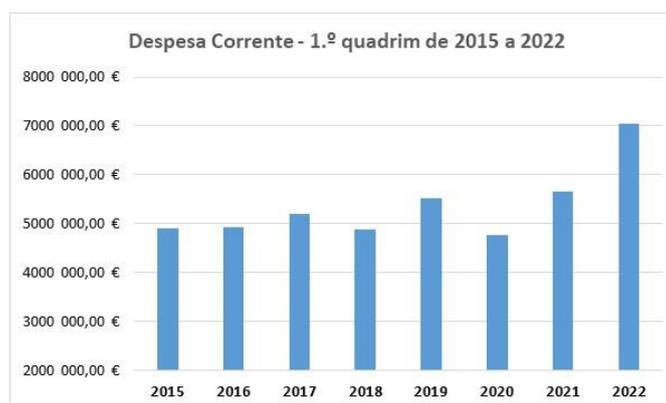
O Orçamento prevê para despesas com pessoal o valor de **11,9M€** havendo forte probabilidade de necessitar de reforço em **0,7M€** até final do ano, cifrando-se assim em **12,6M€**, ou seja, retirando a parcela de receita de capital das transferências do OE para 2022 o montante a receber é de **11,8M€**, mostrando-se assim insuficiente para os custos com pessoal.

Voltando a comparar com o ano de 2018, do OE foi recebido **9,7M€** e os custos foram de **8,8M€**. É evidente que as delegações de competências implicam mais despesa e mais receita, o denominado “Envelope Financeiro”. Todavia, temos estimadores que nos indicam que o nível de despesa está acima do de receita, o que compromete o equilíbrio orçamental nestas rubricas.

Ao tempo em que é efetuado este relatório, já está a ocorrer despesa com a delegação de competências da Ação Social e da receita não há qualquer entrada nem se sabe quando irá acontecer.

Com a aquisição de bens o montante de **0,44M€** foi semelhante ao de 2021, embora muito mais elevado do que a média dos últimos anos. Em relação a esta média cresceu 58%. A aquisição de bens, desde que sejam materiais para construção, pode considerar-se um bom indicador. Já com a aquisição de serviços, a despesa média de **1,4M€** passa em 2022 para **2,18M€**, ou seja, mais 55,7%. Não menos preocupante é que nesta rubrica estão incluídos contratos que pela sua natureza, finalidade e continuidade, são custos com pessoal.

No total das despesas correntes, a média dos últimos anos era de **5,1M€**, mas em 2022 foi de **7,0M€**



Na despesa de capital o montante foi de **2,8M€** enquanto que a média dos últimos anos se cifrou em **1,9M€**. Esta categoria de despesa denota a execução de investimento, para o qual houve **0,42M€** de financiamento, ou seja, 14,8%.

O saldo total é negativo em **1,5M€** que explica a diminuição do saldo de gerência de **6,1 M€** em 31 de dezembro de 2021 para **4,6M€** de Disponibilidades em 30 de abril, tal como se pode constatar no Resumo Diário de Tesouraria.

Conclusão

O ligeiro aumento das receitas está a ser absorvido pelo grande aumento de despesa com pessoal e aquisição de serviços.

Tem-se mantido equilíbrio porque o denominado Serviço da Dívida tem sido menos exigente. Todavia, havendo necessidade de recorrer a empréstimos bancários e mantendo-se a tendência

de crescimento de despesa corrente, começa a verificar-se dificuldade de Tesouraria e a comprometer-se o equilíbrio orçamental.

As empreitadas que estão a decorrer exigem elevados montantes de Tesouraria e o escrupuloso cumprimento de prazo de pagamento. Salienta-se ainda que as empreitadas estão a atingir custos reais com mais 40% do que o Preço Base e Preço Contratual. Os trabalhos complementares, derivados de erros de projeto e trabalhos a mais, conjugados com as revisões de preços calculadas em prazos que derrapam por responsabilidade do empreiteiro, situações não controladas pela Div Financeira, ocasionam risco e dificuldade na gestão orçamental.

A preparação da 6.ª Modificação ao Orçamento implica valores muito elevados, estimando-se mais de 3M o que nos dificulta a escolha e decisão de quais os projetos que devem ser adiados ou alterados, de modo a conseguirmos saldos suficiente nas respetivas rubricas que acomodam a despesa.

Há absoluta e imediata necessidade de tomar medidas para aumentar a receita e conter a despesa com critérios apertados. Esta é uma mera opinião baseada na prudência, sendo certo que a decisão cabe à Sr.ª Presidente e Executivo.